

FUNDO PATRIMONIAL PÚBLICO E GASTOS BÉLICOS DO ESTADO: CONTRADIÇÕES E LIMITES NO ATUAL CICLO DO CAPITAL IMPERIALISTA

José Raimundo Barreto Trindade¹

RESUMO

Este artigo debate o Estado capitalista contemporâneo, considerando a base teórica materialista, com vistas especificamente tratar dos limites da atual configuração dos gastos estatais com a infraestrutura econômica, que denominamos de Fundo Patrimonial Público (FPP) e os gastos bélicos, que denominamos de gastos para manutenção do poder de império (GB). A análise histórica tem como base o império estadunidense, especialmente referente aos aspectos de tratamento dos dados, por mais que também se aplique as economias centrais europeias. O artigo, por fim, expressa considerações sobre as possibilidades do desenvolvimento da crise do atual ciclo capitalista.

Palavras chaves: Estado; Imperialismo; Gastos Estatais.

ABSTRACT

This article develops some preliminary elements of the debate on the contemporary capitalist state, considering the materialist theoretical basis, with a specific view to addressing the limits of the current configuration of state spending on economic infrastructure, which we call the Public Patrimonial Fund (PPF) and war spending, which we call spending to maintain the power of empire (GB). The historical analysis is based on the US empire, especially in terms of data processing, although it also applies to the central European economies. Finally, the article discusses the possibilities for the development of the crisis in the current capitalist cycle.

Key-boards State; Imperialism; State spending.

¹ Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPa).

1. INTRODUÇÃO

O Estado capitalista se estrutura e se modifica em conformidade com a dinâmica reprodutiva do capital, constituindo aquilo que autores como Hirsch (2010, p. 24) denominam, com base em Marx, de “forma política do Capital”, estabelecendo uma “forma social” de “relações de domínio e poder”, não constituindo um processo simples, muito menos linear, sendo que sua análise e dos componentes de sua funcionalidade dialética nos parecem centrais para o tratamento do capitalismo na atual fase. As contradições do financiamento do Estado naturalmente se relacionam aos limites da sua capacidade interventora, principalmente considerando às condições de exaustão dos padrões de acumulação dos capitalismos centrais que se estabelecem historicamente².

Poulantzas (1985, p. 220-21) refere-se aos limites estruturais da intervenção estatal que se estabelece com o fim da ideologia keynesiana, justamente vinculado a inevitável condição estrutural de crise do sistema, aspectos semelhantes ao que desenvolvem outros autores marxistas, entre estes Campos (2016) e Mandel (1985). Na medida em que o Estado é um componente sustentado pelos fluxos de renda provenientes do sistema de reprodução do capital, este não pode, por si mesmo, equacionar as crises, por mais que atue, conforme suas políticas econômicas, regulando a gestão política das condições de crise.

As leis de movimento do capital inscrevem-se tanto no que diz respeito às forças que atuam no ciclo de reprodução capitalista propriamente (ou seja, nas fases cíclicas do capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria, cujos fatores centrais são a composição orgânica do capital, o fluxo de capital-dinheiro e a taxa de mais-valor) quanto em relação às forças que se desenvolvem nos processos suplementares aos ciclos do capital, particularmente a concorrência entre os capitais, o sistema de crédito e as relações departamentais. As funções do Estado são, deste modo, interligadas e subordinadas a esses movimentos, e não intervenções soltas e isoladas deste conjunto de forças.

Para Gramsci (2000) o “Estado constitui uma totalidade complexa de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não apenas justifica e mantém sua dominação, mas consegue obter o consentimento ativo daqueles que domina”, não sendo

² Os autores da Teoria Materialista do Estado (TME) ressaltam que o intervencionismo estatal se dá dentro das leis de movimento do capitalismo, diferentemente das análises keynesianas que situam a intervenção do Estado em um contexto geral e a economia sem leis de movimento (CARNOY, 1986, p. 185; HIRSCH, 2010, p. 44). Vale esclarecer que o que denominamos de “capitalismos centrais” refere-se fundamentalmente nos últimos 80 anos (pós-Segunda Guerra) aos países organizados em torno do eixo atlântico dos EUA (Alemanha, França, Inglaterra, Japão).

possível analisá-lo sem tratar as contradições próprias da “sociabilidade capitalista”, principalmente referente às condições de desenvolvimento histórico deste sistema produtivo e de representação social que se alteram radicalmente e ciclicamente.

Metodologicamente nos utilizaremos da teoria da forma do valor para tratar de um lado das condições intervenientes do Estado e, por outro, analisar dois componentes-chaves dos gastos estatais: o fundo patrimonial público, entendido como principal fator de estabelecimento da infraestrutura organizacional coletiva do capital, como será aqui desenvolvido e; os gastos bélicos, compreendido em particular os limites das relações de poder imperialista e o necessário desenvolvimento do aparato da indústria armamentista.

A hipótese trabalhada é que no atual momento histórico se aprofunda uma dupla contradição: a expansão dos gastos armamentistas pressionando o sistema de dívida pública e, por outro, uma reacomodação do capital com crescente transferência de parcela do fundo patrimonial público para exploração por capitais privados, impondo formas de acumulação por espoliação e crescente desigualdades e pobreza social, mesmo no centro capitalista. A convergência desses dois processos leva ao agravamento crítico da acumulação de capital e uma possível crise somente equacionada por nova onda de destruição global, como tivemos nas décadas da catástrofe do século XX, como bem relatou, entre outros, Hobsbawm (2000). A análise é fundamentalmente teórica, mas buscaremos ilustrar através de dados históricos referentes ao imperialismo estadunidense como base de análise.

O artigo está composto de quatro seções além desta introdução. Na seção seguinte desenvolve-se elementos da crítica da economia política do Estado capitalista, estabelecido a partir da Teoria Materialista do Estado (TME) e de outros autores marxistas que desenvolvem a análise do Estado capitalista, assim como elabora-se análise dos fatores condicionantes dos gastos estatais. A terceira seção aborda o chamado fundo patrimonial público, elementos centrais dos gastos estatais vinculados a infraestrutura social necessária a acumulação, observando as alterações durante o ciclo neoliberal e seu encadeamento com a crise fiscal do Estado. A quarta seção trata de elemento crítico das relações de desenvolvimento do capitalismo central: os gastos bélicos. O objetivo é observar como os referidos gastos são componentes de fundo para se pensar a crise do capitalismo central, especialmente do centro hegemônico estadunidense. Por fim, apresentamos às considerações finais.

2 A FORMA POLÍTICA DO CAPITAL E OS GASTOS ESTATAIS

2.1 A INTERAÇÃO LÓGICA E HISTÓRICA ENTRE ESTADO E CAPITAL

O Estado que tratamos não é uma forma abstrata e geral e sim o Estado moderno capitalista, constituindo uma totalidade completamente singular em relação a fenômenos históricos anteriores que se denominaram sob esse título, da mesma maneira como o dinheiro e a mercadoria no modo de produção capitalista são formas sociais singulares e universais distintas do que historicamente podem ter comparecido em outros modos de produção. As formas sociais básica da organicidade capitalista são justamente o valor-mercadoria, o dinheiro e o Estado, sendo que elas se desenvolvem numa concomitância dialética que estabelece a sociabilidade capitalista (MARX, 2013 [1867]; RUBIN, 1980 [1928]; PASCHUCANIS, 2017 [1926]; HIRSCH, 2010).

O capitalismo enquanto forma social e econômica histórica se estabelece a partir de “formas sociais” básicas caracterizadas pela particular conformação do valor econômico enquanto forma autônoma e dominante no sistema. No capitalismo as relações sociais dos indivíduos são formas sociais coisificadas (fetichizadas) pelo padrão mercantil, através da forma valor, como observam Rubin (1980 [1928]) e Paschucanis (2017 [1926]). Porém, a exemplo da mercadoria ou dinheiro, também o Estado não é uma coisa, um sujeito ou uma organização racional, mas um complexo de relações sociais, ponto importante da análise desenvolvida pela TME, sendo que esta forma social é estabelecida “pelos indivíduos ativos, mas sob condições que fogem à sua consciência imediata e ao seu controle”, como expressa Hirsch (2010, p. 19) interpretando Marx & Engels (2007)³, algo que nos remete tanto a capacidade organizativa das classes sociais em disputa, quanto ao poder ideológico do capital que perpassa toda sociedade.

As mercadorias integram valor de uso e valor de troca, sendo que são sempre formas de valor abstrato, ou seja, uma massa crescente de tempo de trabalho socialmente necessário que se homogeneíza no mercado capitalista. O valor constitui assim a interação destas duas partes da forma mercadoria. As relações entre os indivíduos encontram-se sempre mediatizadas pelo mercado, sendo que o dinheiro, ao expressar a forma monetária do valor define a representação de poder social através do domínio da riqueza. A sociabilidade capitalista estabelece o relacionamento entre os indivíduos mediatizados pela produção de mercadorias, tendo os nexos de fetichização e subsunção social do trabalho ao capital como elementos fundamentais de ideologização dessa sociedade, algo

³ Os termos de Marx & Engels(2007) são: “os homens fazem livremente sua história, mas em condições que não são livremente determinadas por eles”.

já expresso por Marx e Engels (2007 [1846]) e bem desenvolvido por Rubin (1980 [1928]).

O assalariamento constitui a relação básica desse processo de sociabilidade capitalista, condição econômica mais importante para o desenvolvimento das relações jurídicas burguesas, na medida em que o estabelecimento definitivo de relações contratuais que na forma guardam a igualdade de contraposição entre indivíduos portadores de valor de troca semelhantes, cuja disponibilidade do valor de uso para o intercâmbio se dá na forma da mercadoria força de trabalho, conferindo ao capitalismo e à expropriação do mais-valor uma aparente legitimidade universal.

A lógica produtiva no capitalismo não se sustenta no valor de uso ou necessidade, e sim na obtenção de uma massa de lucro que se manifesta a partir do processo produtivo daquela mercadoria, como bem observa Hirsch (2010, p. 27): “é a lucratividade do capital que determina o que, por quem, de que maneira e o quanto se produz”, podendo-se acrescentar a espacialidade também, ou seja, o “onde”. O aspecto de onde” reveste-se de enorme importância, pois não haveria acumulação de capital sem a restrição territorial da produção, sendo que no espaço nacional o Estado, como forma política do Capital, atua estabelecendo condicionantes tanto de regulação, quanto de garantia da reprodução capitalista.

Enquanto sociedade de classes o capitalismo apresenta uma clivagem central na disputa pela riqueza social matizada pela luta de classes, entretanto diversas outras formas de opressão se materializam na sociabilidade capitalista, sendo que “a relação entre sociedade e Estado é definida não apenas pelo processo de valorização capitalista, mas também pelas relações de opressão e exploração sexuais, étnicas, nacionalistas e racistas, intimamente ligadas a ele” (Hirsch, 2010, p. 40). Vale reforçar que essa ampla clivagem social expressa e, ao mesmo tempo, reforça a clivagem estrutural do capitalismo referente ao controle do trabalho vivo, constituindo um conjunto variado de formas de imposição dos interesses do capital, sendo que nas últimas décadas o desenvolvimento informacional impulsionou mecanismos de exploração se utilizando de diferenças globais e pelo uso de plataformas informacionais de superexploração da força de trabalho.

Entretanto a sociedade e o modo de produção capitalista são intrinsecamente instáveis e portadores de crises. O Estado como uma forma com autonomia relativa atua contendo dentro de certos limites as contradições que se acerbam, sem necessariamente cumprir papel de equacionamento das crises, mas de limitador do seu possível agravamento e esgarçamento da sociabilidade capitalista. Vale observar que na “estrutura

da sociedade capitalista estão inscritos modelos de legitimação que apoiam a preservação social” seja na forma de representação ideológica do Estado como representante dos interesses universais e garantidor da noção de cidadania baseada na propriedade mercantil, como também o nacionalismo e o racismo como ideologias integradoras.

O Estado constitui uma “forma social” que assume a configuração política das relações de dominação do capital enquanto ente coletivo, mas para se estabelecer enquanto “forma política do capital” manifesta uma condição de “autonomia relativa” que possibilite com que ele apareça enquanto “comunidade política da sociedade capitalista”, algo central para compor formas de regulação social, uma ampla interatividade entre instituições, aparelhagem estatal, multidiversidade de organizações ideológicas, como igreja, escola e mídia, que compõem o nexo de estabilização das relações capitalistas .

O Estado e a sociedade civil não constituem um “sistema unitário e fechado” e sim um “sistema altamente complexo e cheio de conflitos”, porém a referida autonomia-relativa do estado resulta “não somente porque determinadas funções devem ser cumpridas, mas como consequência da implantação de um modo de produção definido” , ou seja, pela essência formativa do capitalismo no qual se manifestam as relações sociais e de classe, de tal forma que constitui “a objetivação de uma relação estrutural de classes e de exploração” (HIRSCH, 2010, p. 48-53).

A conformação histórica do Estado moderno se dá num longo processo concomitante ao desenvolvimento do capitalismo, sendo que a predominância das formas valor mercadoria e dinheiro são concomitantes a ascensão da forma política Estado. A existência da forma política do capital se vincula a sua função central que é a “garantia da propriedade privada dos meios de produção como pré-condição da exploração mercantil da força de trabalho”. Porém, não se tem uma dicotomia entre as formas sociais econômicas (valor-mercadoria e dinheiro) e a forma política (Estado), sendo elas partes de uma totalidade estrutural que constitui o capitalismo, ou seja, o Estado é parte integrante das relações de produção capitalistas⁴.

Importante considerar ainda que a relação de conformação do Estado enquanto forma política do capital é não somente histórica como também lógica. A derivação do Estado a partir das formas básicas de expressão do capital

⁴ Hirsch (2010, p. 39) estabelece que “Mercado e Estado não são formas opostas, mas referem-se a um ao outro de forma inseparável”, intervindo permanentemente “no processo mercantil para mantê-lo em funcionamento”.

(mercadoria/valor/dinheiro/capital) como desenvolvem Mathias & Salama (1983) complementa a exposição materialista do Estado. Na medida em que a forma valor se impõe como regra de sociabilidade observa-se a imponderabilidade do capital social existir sem “um capitalista coletivo ideal” (Engels), ou nos termos dos autores acima referidos, o Estado é derivado ou deduzido logicamente por duas razões: “é o garante da manutenção das relações de produção e participa de modo decisivo na própria instituição dessas relações” (MATHIAS&SALAMA, 1983, p. 24).

O processo interativo entre Estado e Mercado somente se estabelece com a mediação de suas formas institucionais, assim as instituições orientam e coordenam o comportamento social, sendo que a sociabilidade capitalista requer a configuração de formas institucionais que materializam as determinações sociais formais, assim as instituições são composições materiais de uma forma social, mas não se confundem com a mesma, por exemplo, a forma dinheiro requer uma ampla institucionalidade constituída por bancos e Banco Central, por exemplo, mas sua própria origem se encontra na dinâmica reprodutiva do capital expressa na fórmula expandida da produção capitalista na qual o capital-dinheiro se expande mediante a produção de mercadorias incessantemente.

Poulantzas (1985) sintetizou o Estado enquanto condensação material de uma relação social de força, mas enquanto forma política do Capital, o Estado “também simultaneamente as formas e as estabiliza”, sendo entrecortado por contradições e disputas sociais. Pode-se convergir a percepção de Poulantzas (1985) com o entendimento de instituições acima estabelecidos, de maneira que o conjunto de institucionalidades que compõem o Estado configura-se submetido as relações sociais de força hegemônicas pela burguesia, mas continuamente atritadas pelas lutas sociais e disputas no “bloco de poder”, o que constitui aspecto importante para se entender possíveis conflitualidades e presença de segmentos das classes exploradas em parcelas do poder estatal, porém parece correto a interpretação de Osório (2014, p. 52) que observa que o “Estado capitalista não é o melhor nem o mais fundamental lugar para as classes dominadas acumularem forças”⁵.

O capitalismo se estabelece na sua totalidade quando as condições de reprodução social estão totalmente subordinadas ao centro de produção industrial de mercadorias,

⁵ Osório (2014, p. 40-42) estabelece a diferença entre “classe reinante” e “classe dominante” referente ao aparelho de Estado, sendo que a referida classe reinante “pode transmitir em sua gestão um estilo pessoal de governar, mas estará limitada pelas fronteiras (...) [dos] interesses de classe que o Estado representa”.

sendo que a riqueza social necessariamente se decompõe em parcelas que são apropriadas em grande medida pelos controladores dos meios de produção, pelos proprietários de terras e pelo Estado, em termos simplificados: o mais-valor se divide em lucro, renda da terra, juros e tributos.

A característica de um sistema em crise cíclica recorrente se estabelece a partir da própria forma estrutural do capitalismo: de um lado a obtenção incessante de lucro que remunere os diversos capitais em concorrência e limitados por um conjunto variado de obstáculos internos a sua dinâmica, seja pelo declínio cíclico das taxas de lucro⁶, pela incapacidade de continua expansão dos mercados e ainda pelas disputas internas entre os capitais e entre os capitais e os trabalhadores.

O Estado frente essa complexidade comparece como “condensação institucional de relações sociais de força”, como entendia Poulantzas (1985), sendo que as mudanças no sistema político são sempre impulsionadas por lutas sociais, de tal modo que como considera Hirsch (2010, p. 47) somente quando “a ação social rompe as formas econômicas e políticas básicas, a permanência da sociedade capitalista é colocada em questão”. Não sendo propriamente por dentro do Estado, como observa Osório (2014) já referenciado acima, o lugar central da disputa irruptiva com o capitalismo, porém constitui um desses espaços caso entendamos como Gramsci a sociedade civil como “Estado ampliado”.

A interação lógica e histórica entre Estado e Capital fundamenta a interpretação de como alguns elementos dos gastos estatais, mais especificamente referentes aos investimentos em infraestrutura social e gastos bélicos, se entrelaçam na forma mantenedora tanto das relações de classe quanto na permanência reprodutiva do sistema e das relações de poder que o caracteriza naquele momento histórico, ou como tratou Mattick (2010, p. 199) o “predomínio da economia mista” com a necessária intervenção estatal, constituiu a regra de desenvolvimento capitalista do pós-Segunda Guerra, considerando tanto os condicionantes da infraestrutura nacional quanto o poder de império, porém que se alteram parcialmente no atual ciclo neoliberal, mas mantendo elementos críticos em dois aspectos fundamentais referentes a manutenção da

⁶ Marx (2017 [1896]) estabeleceu sua análise de uma “tendência secular” ao declínio da taxa de lucro, ao mesmo tempo estabelece a análise de potenciais forças de “contratendência”, para uma análise detida tanto da tendência ao declínio da taxa de lucro, quanto das forças de contratendência vale as leituras de Mandel (1985); Fine (2023); Shaikh (2006), além do próprio Marx já referenciado.

infraestrutura social e dos gastos bélicos, tese que buscaremos elucidar nas partes finais deste artigo.

2.2 UM RETORNO AOS CONDICIONANTES DOS GASTOS ESTATAIS

A complexidade do sistema de reprodução capitalista explica parcialmente os gastos estatais crescentes⁷ ao longo do desenvolvimento histórico do sistema, isso por conta de que três das principais rubricas dos gastos estatais são funcionalidades complementares ao processo de acumulação ou vinculadas ao chamado poder de império⁸, se referem ao que denominamos de gastos com o Fundo Patrimonial Público (FPP), o que inclui o que se convencionou denominar de infraestrutura econômica e social, além dos Gastos Bélicos (GB) e Gastos Financeiros (F).

Teoricamente considera-se o caráter improdutivo dos gastos estatais per se partindo-se do pressuposto de que trabalho produtivo é o que se troca por capital produtivo, ou seja, aquele que “produz mais-valor para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital” (MARX, 1985a, p. 391). O trabalho produtivo é aquele adquirido pelo capital que no processo produtivo cria excedente, ou seja, desenvolve-se um circuito em que capital-dinheiro (D) converte-se em meios de produção e força de trabalho (trabalho produtivo) e durante o processo produtivo (P) objetiva-se uma massa suplementar de valor excedente na forma de mais-valor ($D'=D+\Delta D$).

Os gastos estatais, excetuando-se aqueles em que o Estado cumpre às funções de capital particular, como no caso de empresas estatais, são gastos não produtivos em função da natureza do Estado como capitalista coletivo ideal, portanto, um não capital individual, mas um componente necessário e complementar a continuidade do capital, sendo que seus gastos *tout court* destinam-se não a se tornar forma capital e sim dispêndio de renda, porém totalmente acoplados ao devir da acumulação, seja organizando o

⁷ Os gastos estatais são crescentes ao longo da história do capitalismo, o que se convencionou denominar de lei de Wagner, uma verificação empírica estatística que não tem maiores complexidades, mas estabelece uma percepção empírica chave: não há como pensar o desenvolvimento do capitalismo sem a necessária interação com o seu “negativo” político que é o Estado capitalista ou, como observa Mattick (2010, p. 201) para economia estadunidense “desde 1929, o setor não orientado para o lucro [Estado] cresceu de uma maneira relativamente mais rápida do que o outro”, conferir também Trindade (2008, 2017).

⁸ O que aqui denominamos de “poder de império” foi sistematizado, entre outros, por Moniz Bandeira (2005, p. 24) nos termos em que os EUA no século XX passam a deter um poder “como potência hegemônica, capaz de modelar a vontade de outros Estados e de conduzir a política internacional, de conformidade com seus interesses”.

processo reprodutivo em geral através da infraestrutura social a ser disponibilizada coletivamente, seja gestando às condições de exploração da força de trabalho, regulando o sistema de crédito e a base monetária, seja arbitrando ganhos entre diferentes capitais (MATTICK, 2010; FINE, 2023; MATHIAS&SALAMA, 1983; HIRSCH, 2010; TRINDADE, 2017).

O'Connor (1977, p. 20-21 e 108-109), divide as despesas estatais em dois tipos: capital social e despesas sociais⁹. Para esse autor, o capital social é definido como “despesa [do Estado] exigida para acumulação privada lucrativa”, sendo indiretamente produtiva, ele aloca nesta rubrica tanto os gastos que denomina de “capital físico”, ou seja, infraestrutura física *strito senso* (estradas, aeroportos, ferrovias, portos, instalações elétricas, água e saneamento, estádios esportivos, etc.), quanto aqueles classificados como elementos para qualificação da força de trabalho, sistema educativo e de pesquisa, por exemplo. Os recursos gastos pelo Estado nessas rubricas possibilitam, segundo O'Connor (1977), “proporcionar bens ou serviços que o capital privado exige em bases permanentes”, garantindo a maximização dos lucros privados pela garantia do fluxo regular destes recursos a preços estáveis e mínimos. O que torna os dispêndios estatais indiretamente produtivos seria sua vinculação com os capitais privados, permitindo o uso mais eficiente dos seus capitais, algo que a teoria neoclássica denomina de garantir externalidades.

Mesmo considerando os gastos despendidos em infraestrutura econômica, como eletricidade e rodovias, por exemplo, o dinheiro lançado na circulação para aquisição de equipamentos, matéria-prima e força de trabalho não é capital-dinheiro que cumprirá o circuito específico $D - M \dots P \dots M' - D'$, conforme o cálculo econômico convencional do circuito de acumulação capitalista. Seja na ponta inicial $D - M$, seja na transformação de mercadorias em dinheiro ($M' - D'$), se interpõem fatores próprios à lógica do Estado como “capitalista coletivo ideal”, aspectos de ordem política que indeterminam o circuito sob o ponto de vista da obtenção do mais-valor e de seu retorno como capital, porém esse

⁹ Gough (1975) chama atenção para a produção de bens para o salário indireto, na medida em que os trabalhadores do Estado produzem parcela dos componentes do salário real, por exemplo, serviços sociais, ou elementos do capital constante, como pesquisa e desenvolvimento científico. Deste modo, o incremento da produtividade do setor estatal beneficia o setor capitalista, seja rebaixando os custos salariais, seja diminuindo os custos com capital constante, possibilitando aumento da rentabilidade do capital privado. Essas despesas sociais, nos termos de O'Connor (1977) ou salário indireto, nos termos de Gough (1975) comporão o núcleo do “Estado de bem estar social”, característica base da chamada “idade de ouro” do capitalismo, que definitivamente se esgota nos anos 1990, conferir Hobsbawm (2000) e Varoufakis (2017).

componente dos gastos estatais passará por radical mudanças no ciclo neoliberal presente¹⁰.

No caso específico dos segmentos vinculados ao FPP (Fundo Patrimonial Público) que durante o período keynesiano do pós-Guerra teve parcela considerável dos investimentos em infraestrutura social do capital estabelecidos pelo Estado, observa-se profunda alteração no atual período de globalização, se reorganizando a forma de exploração desses chamados “bens públicos”, transferindo para exploração de novos capitais concentrados diversos setores antes organizados estatalmente.

Na medida em que as relações mercantis se generalizam, uma fração importante de atividades que demandam parcela da receita estatal passa a ser efetuada por unidades capitalistas de produção, porém mantém-se sempre setor não passível de capitalização e, por outro, novos setores de baixa rentabilidade ou improdutivos são periodicamente criados e assumidos pelo Estado. Deve-se assinalar, ainda, que as permanentes irrupções de crises no sistema capitalista forçam uma presença crescente do Estado na gestão de determinados setores da economia, desobstruindo pontos de entrave à acumulação de capital, mas não equacionando a inevitável rota cíclica de crise que se inscreve no próprio DNA estrutural do capitalismo (MATTTICK, 2010; CAMPOS, 2016).

A privatização de empresas públicas e a transformação de um conjunto variado de serviços públicos, como transporte, telecomunicação, produção e distribuição de eletricidade, educacionais e de saúde conformam um amplo campo de avanço dos capitais privados sobre parcela do constituía gastos subordinados ao FPP. Algumas das consequências desse processo será uma crescente perda de qualidade das condições de vida da população residente nas principais cidades capitalistas globais; acirramento da disputa entre capitais e, também, perda da capacidade fiscal dos Estados (tanto nacionais, quanto locais). Harvey (2008, p. 82-83) mostra como por trás do processo de ampla privatização de serviços públicos, principalmente através das chamadas OS's (Organizações Sociais) e da transferência para empresas monopolistas, observa-se o incremento dos gastos fiscais ao invés da redução, estabelecendo o paradoxo de um Estado cada vez mais endividado e deficitário, porém esvaziado de suas principais responsabilidades.

¹⁰ A análise do processo de privatização de parcela dos setores de gestão da infraestrutura social, como produção e distribuição de energia elétrica, demarca uma certa reconfiguração do Estado no período neoliberal que se inicia nos anos 1980. Como bem estabelece Harvey (2008, p. 77-78): “A regulação pelo Estado do fornecimento, do acesso, da formação de preços parece inevitável” cuja consequência da não efetivação “são bem concretas as possibilidades de lucros abusivos e outras irregularidades”.

As despesas bélicas e a manutenção de forças militares mais estruturadas e ativas em períodos cada vez maiores são outro fator responsável pelo crescente esforço fiscal e pelo endividamento do Estado. O chamado complexo “industrial-militar”¹¹ é uma das rubricas centrais da pressão orçamentária dos principais Estados capitalistas modernos, sendo sua principal forma de financiamento a dívida estatal. Esse específico dispêndio estabelece o chamado “poder de império” uma força bélica de manutenção da subordinação de diversas nações sub soberanas para o centro capitalista.

Após considerarmos os gastos do Estado nas duas principais rubricas a serem analisadas, podemos observar que, mesmo sendo este uma totalidade complexa, abrange diferentes tipos específicos de instituições, podendo ser importante enumerar cinco formas centrais de institucionalidades sendo que, como estabelece Osório (2014, p. 37), no interior do Estado “existe uma hierarquização de suas diversas instituições quanto ao significado que, em termos de poder político, tais instituições chegam a ter, em momentos históricos específicos”:

i) As mais flexíveis e sujeitas à influência de diversos setores sociais, o que configura a “periferia” do Estado, cujas funções econômicas típicas seriam aquelas voltadas tanto a suprir necessidades coletivas quanto os gastos necessários aos capitais em geral. Diversas unidades institucionais como as políticas previdenciárias, trabalhistas e de saúde são partes desse complexo institucional, sendo que o ponto comum constitui elementos de gestão da força de trabalho.

ii) As instituições procedimentais e necessárias a reger a sua forma jurídica, representando um conjunto variado de institucionalidades que detêm enorme poder de mando em função da lógica contratual que reina no sistema capitalista, tais como o Supremo Tribunal, Ministérios Públicos e diversas instâncias menores do judiciário.

iii) O núcleo central do Estado estabelece uma interação profunda com a essência das formas sociais do capitalismo: o Banco Central, a Receita Federal, o Tesouro Nacional e a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF). Esse conjunto de instituições regulam parcialmente o dinheiro, a principal forma de poder social capitalista, sendo que sua interatividade se estabelece mediante quatro funcionalidades estatais: i) o controle sobre a massa tributária recolhida pelo poder fiscal do Estado; ii) pela capacidade de expansão creditícia, via títulos da dívida pública, gerando capital fictício regulador de

¹¹ A definição de “complexo industrial-militar” foi feita pela primeira vez pelo presidente estadunidense Eisenhower, definindo de forma bastante geral o crescente número de “homens e recursos que viviam da preparação da guerra” (HOBBSAWM, 2000, p. 233).

outras formas de capital fictício; iii) pela organização orçamentária, permitindo parcial planejamento em um sistema em grande medida anárquico; iv) pela possibilidade de regulação de políticas sociais, fundamental para manter a hegemonia da burguesia em uma sociedade cada vez mais em conflito.

iv) A parcela repressiva do Estado, onde se localizam tanto as funções repressivas e militares quanto as monetárias e de controle das finanças do Estado. Nestes setores vale a presença “afinada” com os interesses do capital em geral e dos segmentos dominantes deste. Desse modo, o Estado, ao controlar o padrão monetário, o faz em conformidade com as condições de expansão da acumulação capitalista e as instituições do Estado destinadas a tais funções são as menos flexíveis ou passíveis de influência por parte de setores sociais que não o da fração dominante da classe proprietária.

v) Por fim, o segundo núcleo central do capitalismo, aquele que possibilita a gestão ideológica do sistema, que reúne instituições com diversas características necessárias a garantir a hegemonia burguesa na sociedade. Marx (2015 [1859]) considerava o capitalismo um sistema de produção e representação social, sendo que as instituições fetichistas e ideológicas são tão centrais quanto àquelas que se relacionam a gestão monetária. Os sistemas educacionais, midiáticos, religiosos, todos são parte do Estado amplo que Gramsci considerava o Estado irrestrito, algo central para manter o poder imperativo do capital.

A endogenia do Estado não permite que ele atue ilimitadamente sobre os ciclos de reprodução. Sua capacidade financeira e estrutura de gastos são limitadas pelas flutuações das taxas de lucro cujas modificações rítmicas estão na dependência de um conjunto de fatores próprios ao núcleo das relações de produção capitalistas.

As intervenções do Estado são, no essencial, intervenções a posteriori e restritas, que tratam de qualquer maneira as consequências e os sintomas do processo econômico e que se esforçam em regularizar por reações-reflexas, as contradições econômicas (POULANTZAS, 1985, p. 222). Porém, o aspecto de autonomia relativa do Estado se configura na perspectiva de que não se pode separar “Estado” e “sociedade” de forma absoluta, pois a ampla reciprocidade entre ambos constitui a própria essência da sociabilidade capitalista, algo que Gramsci (2000) denominou, ao tratar a noção de sociedade civil sob os termos de “Estado ampliado” ou “integral”, compreendendo as diversas ramificações de organizações que mesmo separadas formalmente do Estado conformam o “sistema regulador” que produzem e organizam valores e ideias que possibilitam a manutenção regular da acumulação de capital.

A intervenção do Estado pode muito restritamente atuar como recurso de contra-tendência à queda da taxa média de lucro. Considerando, principalmente, os gastos na forma de investimento social como um componente utilizável reprodutivamente pelo capital, a maior e melhor disponibilidade diminuem as necessidades de capital fixo por parte dos capitais particulares, atuando sobre a taxa de lucro pela diminuição da composição orgânica de capital. Na medida em que a crise expressa, como disserta Mattick (1980, p. 203), que o nível de rentabilidade do capital é insuficiente para garantir a acumulação, e que o Estado, ao desempenhar suas funções requer parcela do mais-valor na forma de impostos, conclui-se que este agente econômico não pode influir como força definitiva na tendência secular de declínio da taxa de lucro.

O Estado requer, para financiar seus gastos, uma parcela do excedente produzido no sistema de reprodução capitalista e, por outro lado, os gastos estatais destinam-se a mero consumo, não compondo elementos da acumulação, uma vez que seus dispêndios são partes do consumo improdutivo da sociedade. Assim, é correto assinalar que os gastos bélicos, como de resto todos os gastos estatais que não são cobertos pela produção estatal [isto é, empresas estatais], estão exclusivamente, desde o ponto de vista social, da esfera do consumo e não da acumulação.

Mattick (2010, p. 199-220) reforça a importante diferenciação entre o entendimento marxista quanto aos gastos estatais e a compreensão defendida pelas correntes keynesianas. Assinala aquele autor que, independentemente de quantos empregos e renda possam gerar, o produto da produção induzida pelo Estado, como obras públicas de caráter útil, porém não aumenta a massa de mais-valor.

Os gastos estatais, ao absorverem mais-valor ou capital de empréstimo, tornando essa massa de valor renda despendida, possibilitam, no máximo, formas de consumo social distintas daquelas que haveria se não houvesse sua específica atuação. Nesse sentido, esses gastos podem de fato ser mais ou menos interessantes sob o ponto de vista da sociedade como um todo, porém, sob o ponto de vista da acumulação capitalista, representam unicamente consumo improdutivo.

Como exposto o Estado possui seis rubricas fundamentais de gastos operacionais: a) gastos destinados a beneficiar o capital social; b) gastos de regulação social; c) gastos com o sistema institucional de legitimação do sistema; c) gastos com controle e repressão; d) gastos bélicos e militares e; e) os gastos financeiros, ou seja, os serviços com juros da dívida pública, são extremamente importantes sob o ponto de vista da estrutura orçamentária. Entretanto nos concentrar-nos-emos na análise do que estamos

denominando de fundo patrimonial público e nos gastos bélicos do Estado, conforme antes enunciado na introdução.

Uma primeira indagação a ser respondida brevemente é o porquê de denominar de *fundos* os recursos destinados aos gastos estatais, especificamente aqueles vinculados ao investimento em infraestrutura social. A resposta encontra-se com a analogia do estoque *versus* o fluxo. A acumulação de capital e o uso reprodutivo do capital monetário são sempre um fluxo crescente e, principalmente, integrado a diferentes segmentos de fluxos de acumulação e circulação de capital. Esse fluxo alimenta diversos estoques de renda, cujo uso não reprodutivo faz parte das condições de desenvolvimento social do capitalismo.

O Estado requisita parcela da renda líquida produzida pelo fluxo de acumulação¹². Essas rendas líquidas oriundas da receita fiscal e do endividamento público se tornam nas mãos do Estado fundos de uso não reprodutivos¹³, destinando-se a ser consumidos de diversas formas, porém com implicações importantes e diferentes sobre o sistema social e sobre a acumulação. Estes gastos são, contudo, limitados pelas fronteiras da rentabilidade da acumulação de capital, pois, tal como exposto, a reprodução do capital possibilita os elementos necessários à reprodução social e à política da sociedade capitalista como um todo, sendo a forma social valor acoplada a forma política. Na medida do possível, buscar-se-á exemplificar utilizando dados estilizados do sistema estadunidense, não sendo o objetivo analisar dados referentes àquela economia, mas somente exemplificar as formulações desenvolvidas.

3. FINANCIAMENTO E CRISE DO FUNDO PATRIMONIAL PÚBLICO (FPP)

A semelhança entre o fundo patrimonial público e o capital fixo são formais, contudo há um aspecto que não é acidental na similitude de ambos: na medida em que requerem volumosos recursos para financiamento, implicando imobilidade de grandes dotações monetárias, o mecanismo mais interessante, sob o ponto de vista da sociedade capitalista, para financiá-los é a forma acionária, que, em termos do sistema público, adquire a forma de dívida pública ou *titulização* da renda estatal¹⁴. Neste atual período o segmento das chamadas “Big-Techs” é um exemplo central do que constitui a relação

¹² Conferir German (2012).

¹³ Vale registrar que alguns teóricos das finanças públicas apresentam uma visão assemelhada, neste aspecto, quanto aos gastos do Estado. Por exemplo, Taylor (1960, p. 32) observa que o “governo é fundamentalmente uma empresa de consumo e não de produção”.

¹⁴ Para um tratamento detalhado do sistema de dívida pública e o processo de titulização da mesma conferir Trindade (2011, 2017).

entre o FPP e o capital, sendo muito semelhante a lógica do setor elétrico e de comunicações convencionais, somente que neste caso o processo de dotação estatal se estabelece franqueando e apoiando as megaempresas, enquanto no processo anterior, dito keynesiano, o Estado assumiu o controle direto das empresas.

É ilustrativa de como o processo de *titulização* das finanças do Estado atinge as esferas de decisão dos gastos estatais em geral a chamada “Regra Prática” de decisão de alocação de recursos do governo estadunidense citada por Musgrave & Musgrave (1980, p. 146). Segundo os referidos autores, caso fosse indagado aos funcionários do governo dos EUA qual o tipo de taxa a ser utilizada nas análises dos projetos do setor público, eles responderiam que “seria a taxa de mercado”, contudo a “regra prática” principal “consiste em utilizar a taxa que o governo paga pelos seus empréstimos como uma taxa de desconto para o fluxo de benefícios de um projeto público”, esse mecanismo foi fundamental para estabilidade capitalista no período keynesiano ou “Era de Ouro” do capitalismo (HOBBSAWM, 2000).

Exemplo interessante é dado pelos referidos autores estadunidenses e que ilustra bem o conceito de fundo patrimonial público que estamos empregando. Segundo eles, o Congresso dos EUA emitiu em 1962 a determinação de que “os investimentos em recursos hídricos e da terra deveriam ser descontados a uma taxa igual à que o Tesouro paga em emissões de período de maturação igual ou superior a 15 anos”, indicando um ciclo longo de maturação desses investimentos. Esse processo de longa maturação dos títulos públicos estadunidenses e que foram a base para o financiamento da ampla infraestrutura social necessária a acumulação capitalista, enseja um aspecto extremamente importante em termos organizacionais do capitalismo do pós-Guerra, estabelecendo a relativa estabilidade e a permanência de elevados ganhos para os capitais em geral, quanto organizando as bases para a transição neoliberal que ocorrerá a partir do final dos anos 1970 quando emerge um novo ciclo de crise sistêmica.

O processo de *titulização* das rendas estatais estabelece um importante ponto de convergência entre financiar o Estado e financiar a grande corporação empresarial. Em ambos os casos, institui-se a *propriedade corporativa*, cuja característica central, conforme Duménil & Lévy (2005; 2014), constitui-se na propriedade financeira, exercida por intermédio da posse de títulos, concentrando-se o poder dos proprietários nas instituições financeiras. Neste sentido específico, seja o fundo acionário de uma grande empresa, seja a dívida pública, trata-se de fundos de gestão corporativa, tornando os

gastos públicos cada vez mais sujeitos a um tipo de cálculo rentável em conformidade com a lógica das taxas de retorno do capital de empréstimo.

Os recursos fiscais respondem por uma parcela do financiamento do fundo patrimonial público, tendo, porém, limites dados pela capacidade de gravame sobre a riqueza social realizada anualmente e as dificuldades políticas referentes a um crescente aporte de recursos via tributação. Deve-se observar que o financiamento fiscal dos gastos estatais impõe um óbvio problema de convivência do Estado, como ente político que requer parcela do mais-valor para financiar seus gastos, e os diversos capitais específicos¹⁵.

As características de permanente necessidade de reposição física e o volume requerido de recursos para fazer frente a sua disponibilidade social são os dois principais aspectos que tornam esse fundo patrimonial público um componente sempre problemático em termos de financiamento fiscal. O'Connor¹⁶ (1977, p. 111) observa que a expansão capitalista requer como condição necessária à reprodução social do sistema uma crescente estrutura física. As concentrações urbanas e o modo de vida requerido pelo desenvolvimento capitalista impulsionam novas necessidades de infraestrutura social, o que esbarra na problemática característica tanto de produção quanto de venda dessas utilidades sociais e obras públicas.

Como fundamenta Mattick (1975, p. 120) em sua análise da teoria keynesiana, “não há ‘demanda efetiva’ em um sentido capitalista para obras públicas, bem-estar social e armamentos”. De fato, a característica mista de parcela considerável da infraestrutura física (como as rodovias, que servem ao mesmo tempo para consumo e para o transporte das mercadorias, e, deste modo, atuam sobre o valor dela), é um componente problemático para o cálculo econômico. Como o equacionamento em termos médios

¹⁵ O Estado nunca pode ser visto como um sócio problemático do capital industrial e bancário, na medida em que a receita fiscal é um estoque dado estabelecido sobre o mais-valor produzido no ano em curso, naturalmente há um limite de suas disponibilidades a cada período contábil, e a possibilidade do aumento da carga tributária, mantida constante a taxa de acumulação, será imediatamente sentida pelas frações do capital quando da distribuição da renda líquida obtida do processo reprodutivo, que naturalmente reagirão a essa *desapropriação* de sua renda, conferir Mattick (2010).

¹⁶ O'Connor é um dos poucos autores marxistas que buscou desenvolver uma análise mais verticalizada dos gastos estatais. Por mais que os pressupostos de que parte, convirjam para o entendimento de que parte dos gastos estatais sejam “indiretamente produtivos”, diversos aspectos de sua argumentação em relação aos limites da capacidade fiscal do Estado permanecem válidos. O que aqui denominamos, de forma genérica, de fundo patrimonial público, o referido autor distribui na rubrica que ele chama, equivocadamente, de “Capital social”, o qual se divide, por sua vez, em “investimento social” e “consumo social”. Segundo esse autor, esses gastos estatais seriam produtivos e “aumentariam indiretamente o valor excedente”, tratando-se, principalmente, de gastos em infraestrutura física.

exigiria um nível de racionalização pouco factível em termos reais, a solução mais prática é, de fato, o Estado assumir a produção e a gestão desses bens públicos.

Os volumosos aportes de recursos necessários estabelecem a regra de financiamento por meio da dívida pública como requerimento mais apropriado para o fundo patrimonial público. Podemos afirmar que o fundo patrimonial público se constitui da produção de não valores de troca cuja forma de financiar mais apropriada, sob o ponto de vista de dispersar no tempo os custos e a carga financeira necessária, é pela transformação de capital de empréstimo em renda estatal. O mecanismo para esta engenharia financeira é a produção de capital fictício e o desenvolvimento de um mercado de títulos públicos que garanta a qualquer momento, ou segundo regras em conformidade com os interesses dominantes do mercado financeiro, a reconversão desse capital fictício em valores de capital monetários de empréstimo reais.

O volume de financiamento dessas obras públicas pelo Estado tem que ser ponderado pelos interesses financeiros da burguesia e distribuído ao longo do tempo, de tal forma a ser amortizada em quotas-partes que criem a menor pressão possível sobre a renda líquida produzida a cada ciclo reprodutivo do capital. Um componente representativo dos gastos envolvidos com o fundo patrimonial público refere-se às despesas com infraestrutura necessária ao transporte rodoviário. O'Connor (1977, p. 112-114) nos disponibiliza os seguintes dados, ainda referentes ao início da década de 70 portanto no auge na “Era de Ouro” do capitalismo:

“Hoje [1972] 20% dos gastos federais não militares são rodoviários. O governo federal [dos EUA] arca com 90% do custo do sistema de estradas interestaduais e com 50% do custo das demais estradas primárias (mais de 20% acima do nível de 1921 a 1962) (...). O transporte automobilístico é extraordinariamente caro: por isto recai sobre o Estado a maior parte da carga fiscal. Nos Estados Unidos, cerca de 20% do PNB é gasto em transportes (...) devido às grandes exigências de capital – 5 milhões de dólares por milha de rodovia – e a imensa capacidade física não usada”.

Parcela importante das obras e da estrutura física nos EUA é financiada com orçamento das unidades estaduais e locais da federação, inclusive por meio de subsídios e transferências federais, sendo este o principal motivo da emissão e crescimento da dívida pública dos estados, cidades e municípios historicamente¹⁷. Ainda em relação à participação e à evolução dessas diversas rubricas no orçamento federal estadunidense, conferir a Tabela I que denota que não houve alteração significativa em relação ao período

¹⁷ Neste sentido conferir Taylor (1960); O'Connor (1977); Musgrave & Musgrave (1980); Stiglitz (2001).

analisado por O'Connor, sendo que em 2020 os dispêndios com infraestrutura se mantêm elevados a despeito do processo de reorganização econômica neoliberal.

Tabela I - Evolução dos Dispêndios Governamentais nos Estados Unidos (em %)

Todos os Níveis de Governo	1902	1927	1940	1950	1960	1970	1973	1980	1990	2000	2010	2020
Como Percentagem dos Dispêndios Totais												
1. Relacionados com a defesa	20,8	11,8	11,8	36	38	28,2	22,9	16,8	20,1	16,7	20,7	16
2. Civis	79,2	88,2	88,2	64	62	71,8	77,1	83,2	79,9	83,3	79,3	84
3. Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Como Percentagem do Produto Nacional Bruto												
13. Relacionados com a defesa	1,5	1,2	2,1	8,3	10,3	9,1	7,2	5	4	3	4,5	3,5
14. Civis	5,8	9,2	15,5	14,8	16,7	23,1	24,3	16	18	17	20	22
15. Bem-estar social	0,5	0,7	2,5	2,4	4,9	8	9,3	6	7	6,5	8	9
16. Educação	1,3	2,3	2,8	3,4	3,7	5,7	5,8	4,5	5	5	6	6,5
17. Serviços civis	0,9	1	1	0,9	1,3	1,7	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
18. Desenvolvimento Econômico	1	2,4	5,4	3,5	3,3	3,5	2,7	3	3,5	3	4	4,5
18.1 Transportes	1	2,2	2,6	1,6	2	1,9	1,7	1,5	1,5	1	1,5	1,5
18.2 Outros	0,1	0,2	2,8	1,9	1,3	1,6	1,1	1,5	2	2	2,5	3
19. Administração geral	0,9	0,5	0,7	0,5	1,5	2,2	2,6	1	1	1	1	1
20. Juros	0,5	1,4	1,6	1,7	1,5	1,5	1,4	2,5	3	2,5	3,5	3
21. Ajuda e relações internacionais	0	0	0	1,5	0,4	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6
22. Itens diversos	0,6	0,8	1,5	0,9	0	0,3	0,7	0,5	0,5	0,5	0,8	0,9
23. Total	7,3	10,4	17,6	23,1	27	32,2	31,5	21	22	20	24,5	25,5

Fonte:

OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET (2021). Fiscal Year 2021 Historical Tables. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/omb/historical-tables/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE. The Budget and Economic Outlook: 2020 to 2030. Disponível em: <https://www.cbo.gov/publication/56073>. Acesso em: 11 mar. 2025.

O fluxo de renda necessário ao financiamento do fundo patrimonial é compartilhado pela burguesia no limite de que tal dedução do mais-valor não prejudique as condições gerais de valorização do seu capital específico. Sendo o fundo patrimonial do Estado consumo improdutivo, os valores convertidos neste patrimônio representam forma dinheiro da renda alocada na aquisição de valores de uso, portanto, um circuito simples de aquisição de mercadorias e destruição (consumo) do valor de uso delas.

A emissão de títulos públicos como parte do financiamento do Estado tem lugar quando as arrecadações fiscais são incapazes de fazer frente aos pagamentos ordinários, ou seja, a manutenção desse fundo patrimonial ou dos demais fatores com taxas crescentes de dispêndio superior à taxa de crescimento da arrecadação fiscal,

especialmente o fundo requisitado pelas despesas bélicas em períodos de guerra ou, como no caso dos EUA, em face do exercício de “poder de império”.

Os capitalistas monetários emprestam ao Estado com base em regras previamente estabelecidas de retorno do seu capital, fundamentadas em títulos de contrato de dívida de curto ou longo prazo, que determinam um fluxo de pagamentos (rendas) sobre o valor de face do título. O capital emprestado ao Estado é “devorado”, utilizado nos valores de uso que fazem parte do fundo patrimonial estatal e bélico; portanto o valor-capital não existe mais. Os títulos de dívida emitidos e de propriedade dos credores passam a ser a representação de magnitude fictícia de capital, com base no processo de capitalização da renda (juros) a ser pago regularmente pelo Estado.

Em termos históricos, referentes ao período do ciclo que se inicia com o final da “Era de Catástrofe” (HOBSEBAWM, 2000), o financiamento desse fundo patrimonial público não parece ser um componente comprometedor da expansão capitalista, isto porque, por mais que seu financiamento implique grandes requisições de meios de produção ao DI e meios de consumo ao DII, as condições reprodutivas médias da economia possibilitam os meios necessários. Deve-se observar que, à exceção das sociedades que passam por grandes destruições naturais ou bélicas, o custo de construção dessa infraestrutura física se dissipa ao longo do tempo, o que pode ser satisfeita por um processo de endividamento público cuja taxa de crescimento seja inferior à taxa de acumulação e à capacidade de fundar essa dívida, isto é, conferir-lhe um perfil de longo prazo que pode ser plenamente obtida por meio do crescimento da capacidade fiscal, financiadora da capacidade de endividamento.

O autor supracitado estabeleceu no seu trabalho clássico (O’CONNOR, 1977) a hipótese de que a crise da economia estadunidense era, àquela altura, centralmente uma crise fiscal, em função do superdimensionamento do Estado norte-americano e sua íntima conexão com o que o autor chamava de setor monopolista do capital. Vale considerar que, de fato, a capacidade fiscal era e é um componente problemático, contudo sua função no sistema reprodutivo capitalista sempre será secundária e, de modo algum, um fator que desencadeie uma crise estrutural. O que tem de ser considerado é que a “crise fiscal” é sempre uma decorrência e não uma causa, sendo que o quadro expresso na Tabela I demonstra que os vetores das condições fiscais permanecem, não se observando, mesmo com o ciclo neoliberal, uma diminuição do recrudescimento do desequilíbrio fiscal.

A falência fiscal do Estado estadunidense apresenta suas primeiras manifestações ainda nos anos 1970. No centro da referida crise a estagnação econômica, com queda da

taxa de lucro, e elevação dos preços relativos, estabelecendo um cenário de estagflação, processo que desencadeou a crescente dificuldade de financiamento do Estado e o fim da era dourada do capitalismo do pós-Guerra. A falência da cidade de Nova York em 1973, que inaugurou, como assinala Harvey (2016), as “práticas neoliberais de presentear os bancos com condições de risco moral [nulo] e repassar ao povo a conta por meio da reestruturação de contratos e [redução] dos serviços municipais”, um dos marcos da reconstrução liberal e apanágio para a financeirização posterior de toda economia estadunidense, algo que parece que também chega ao esgotamento no ciclo atual de crise neoliberal da economia estadunidense.

4. OS GASTOS BÉLICOS E O ATUAL CICLO IMPERIALISTA

Passemos a analisar o segundo grande vetor de gastos não financeiros: os gastos destinados à indústria bélica. Esse componente estabelece um padrão próprio de expansão dos gastos estatais, seja em períodos de guerra aberta, como o que hoje atravessamos, ou em função da lógica expansiva do chamado complexo militar-industrial. A particularidade deste setor produtivo é que essas mercadorias se trocam principalmente por renda proveniente do Estado.

Marx (1985d, p. 116) define nos seguintes termos esse gênero de trabalho:

“Este gênero de trabalho produtivo produz valores de uso, objetiva-se em produtos que se destinam ao consumo improdutivo e que, na sua realidade, enquanto artigos, carecem de todo o *valor de uso* para o processo da produção (podem recebê-lo *unicamente por troca de substâncias*, pelo intercâmbio com valores de uso reprodutivos; porém isto é apenas uma *deslocação*. Nalgum ponto têm que ser consumidos de maneira não produtiva (...). Do ponto de vista da produção capitalista, o luxo é condenável se o processo de reprodução vê criarem-se lhe obstáculos (...)”.

O financiamento dessa indústria por meio de dívida pública parece encontrar limites justamente na última observação feita na citação acima, ou seja, a possibilidade de manutenção de gastos com *luxo* está no limite das condições de reprodução lucrativa dos departamentos I e II, cuja capacidade de produção de renda líquida possibilita a manutenção da transferência (“deslocação” ou “troca de substâncias”) de renda para o Estado e, sucessivamente, para esses setores.

Os gastos com armamento parecem ser o uso ideal, sob o ponto de vista capitalista, para o capital de empréstimo absorvido pelo sistema de dívida pública. Dois autores de diferentes épocas colaboram para essa interpretação. O primeiro autor é da década de 1950, trata-se de Tsuru (1968, p. 42), o qual desenvolve o seguinte raciocínio quanto aos gastos militares:

“O motivo pelo qual o capital privado não se opõe aos gigantescos gastos militares é que tais produtos, ao mesmo tempo em que lhes dão a grande vantagem de um mercado seguro, desaparecem do processo de reprodução (...). Em outras palavras, *quanto mais o Estado gasta seu dinheiro em produtos inúteis, no sentido de que não contribuem para o processo de reprodução, tanto melhor será para uma economia capitalista que sofre a falta de “compensadores de poupança”*. Os gastos militares, sob este ponto de vista, seria um tipo de gasto estatal ideal”.

O outro trabalho foi desenvolvido mais recentemente por Campos (2001, p. 37) que apresenta uma análise rica e diferenciada quanto a este aspecto. Em particular ele nega o caráter de valor de uso, sendo mercadorias negativadas sob este aspecto, ou nos termos do autor “não-mercadorias e não-meios de consumo”:

“A forma social não-mercadoria é, portanto, o resultado da objetivação da negatividade crescente que se situa nas relações de produção. Como não-meios de produção, buscam anular o crescimento das forças produtivas e seu choque com as relações capitalistas de produção, de distribuição e de consumo (...). Ao deixar de produzir valores de uso, a economia capitalista destrói a base material de sua racionalidade e o critério de sua verdade – a utilidade”.

Logo após a Segunda Guerra, Steinmentz (1949) buscou analisar a dívida pública vinculando-a aos gastos extraordinários com a guerra. Indagou lucidamente se o crescimento da dívida era um fenômeno somente da guerra ou era algo mais amplo – um fenômeno capitalista. A atual crescente dívida estatal do império estadunidense, assim como os crescentes gastos militares, nos possibilita observar o quanto o crescimento da dívida pública refere-se a uma condição não excepcional do capitalismo do sistema imperial, uma condição necessária a sua manutenção sistêmica.

O fato de os gastos extraordinários com as guerras serem financiados mediante empréstimos públicos e não por receita fiscal ordinária é um aspecto histórico da maior importância. Essa pragmaticamente é a solução mais simples sob o ponto de vista de garantir os enormes fundos necessários à guerra. Contudo, o aumento do *déficit* orçamentário e a expansão da dívida geram consequências nas relações de poder entre as nações e nas condições de retomada do ciclo de acumulação no pós-guerra, em função do elevado custo a ser cobrado pelos detentores dos títulos da dívida pública.

Dalton (1980, p. 219) ilustra a carga da dívida pública com os gastos de guerra com o exemplo da Inglaterra: em 1914 os britânicos tinham uma dívida pública bruta da ordem de 707 milhões de libras, desse total “cerca de £ 210 milhões representavam novos empréstimos contraídos depois de 1817, inclusive £ 35 milhões para a Guerra da Criméia e £ 140 milhões para a Guerra dos Bôeres”. Como pode ser visto no Gráfico I, a dívida pública inglesa acelerou vertiginosamente após a Primeira Guerra Mundial, o que para

diversos autores foi um claro sinal da virtual decadência do império britânico. Em grande medida a capacidade estadunidense de se tornar o credor das potências europeias durante os dois conflitos mundiais foi um dos elementos que lhe possibilita tornar-se o centro do sistema capitalista dos pós-Segunda Guerra.

As guerras foram, também, historicamente a principal causa de financiamento do gasto público por emissão de “papel-moeda”, isto é, utilização de um mecanismo inflacionário de empréstimo forçado, cuja desvalorização do dinheiro no pós guerra é um grande problema sob o ponto de vista de retomada da organização da estrutura reprodutiva, por mais que no curto prazo seja bastante vantajoso para a retomada da acumulação de capital. Exemplos clássicos em relação aos Estados Unidos (EUA) foram o uso dos “*Continental Notes*”, no período da Revolução Americana, que, como exemplifica Galbraith (1992, p. 42), provocou um surto inflacionário durante o qual um conjunto completo de roupa atingiu a cifra de US\$ 1.000.000,00, e a emissão dos *greenbaks* quando da guerra civil estadunidense¹⁸.

A análise da relação entre a economia estadunidense e as economias europeias do início do século, mais especificamente nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, reflete o quanto os EUA foram beneficiários da exportação de armamentos e produtos bélicos, em grande parte, como no caso da Grã-Bretanha, financiados com dívida pública, como pode ser atestado no crescimento da dívida pública nas vésperas da guerra como pode ser visto no Gráfico I. O que é interessante derivar da análise histórica é a dinâmica positiva em relação aos EUA dada pela integração do fornecimento de armas para a Europa, *pari-passu* o endividamento daquelas economias, cujo comprometimento de pagamento, representado nos títulos da dívida pública, determinava a transferência de renda líquida dos europeus, no imediato pós-guerra, para o “Shylock” americano¹⁹, o que ficou registrado financeiramente nas reservas de ouro concentradas e centralizadas no Forte Knox a partir da década de 1920.

Segundo Moniz Bandeira (2005, p. 70), “a procura de créditos e financiamentos externos orientou-se para Nova York” e “até abril de 1917 os bancos americanos, entre

¹⁸ Segundo Bernstein (2001, p. 279), o ouro não desapareceu durante a era dos *greenbaks*, apesar de as moedas em circulação terem caído de mais de US\$200 milhões, no estourar da guerra em 1860, para apenas US\$150 milhões, em 1865, continuando a cair até seu ponto mais baixo, US\$65 milhões, em 1875. Esse comportamento configura a clássica *lei de Gresham*: quando duas moedas têm circulação legal num país, “a moeda má expulsa da circulação a moeda boa”, o que, em termos do sistema monetário, representa o entesouramento privado do ouro e a desvalorização do papel-moeda, ou seja, se requer uma crescente quantidade de papel-moeda como câmbio do dinheiro-ouro.

¹⁹ Personagem de Shakespeare em “O Mercador de Veneza”, Shylock era um judeu usurário que obrigava seus devedores a cortarem a própria carne caso não tivessem como pagá-lo no prazo previsto.

os quais o de J.P. Morgan & Co, haviam concedido à Grã-Bretanha e à França créditos que atingiam o montante de US\$ 10 bilhões, para a compra de munições”. O acúmulo de dívida pública europeia significou justamente a transferência de renda da Europa para os EUA, o que parcialmente determinou as condições de potência hegemônica que esse país passaria a deter na segunda metade do século XX.

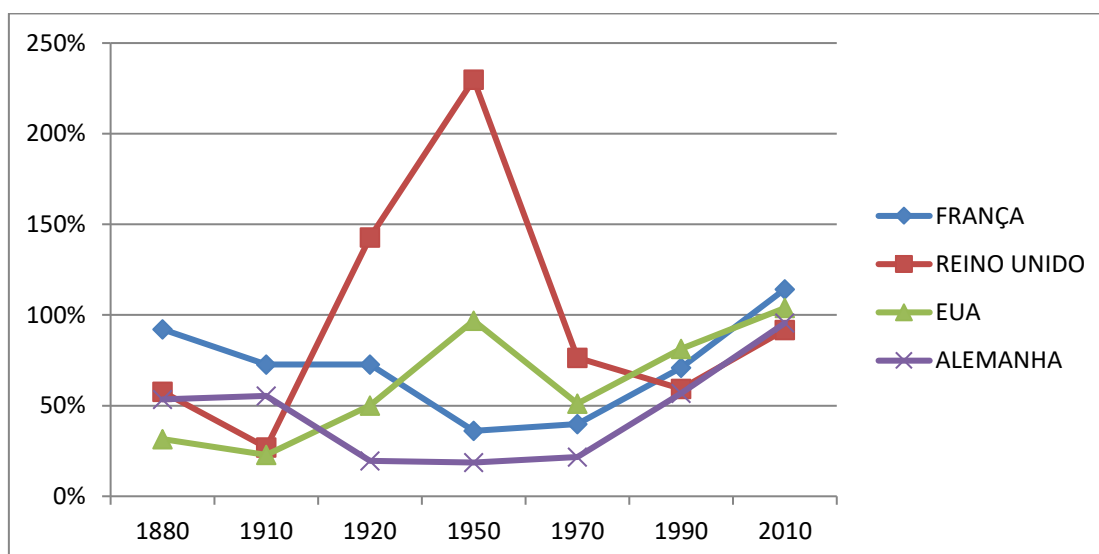
Keynes (1984, p. 191) observa que “em tempos de paz, o tamanho do bolo depende do volume de trabalho realizado; mas em tempo de guerra, o tamanho do bolo é fixo. Se trabalharmos mais, podemos lutar melhor. Mas devemos deixar de consumir mais”. Esse autor reconhece aí dois aspectos centrais para nossa análise:

i) Somente há expansão de riqueza mediante exploração de trabalho vivo. A intensidade e as condições tecnológicas desse processo são decorrentes daquela lógica principal que diz: “o tamanho do bolo”, isto é, da riqueza social, “depende do volume de trabalho”.

ii) O aspecto mais importante a ser observado nesse pequeno excerto, contudo, diz respeito à lógica reprodutiva do capital e sua relação com os gastos estatais e, mais particularmente, com os gastos bélicos. O autor inglês reconhece que “se trabalharmos mais, podemos lutar melhor”, porém “devemos deixar de consumir mais”. Assim, os gastos estatais são dispêndio de renda, não produzindo valor líquido e sendo consumo que requer um fundo anterior para financiá-lo. Daí que em períodos de esforço de guerra, quando as indústrias estão voltadas para a produção de armamentos e utilidades destrutivas diversas, o “tamanho do bolo é fixo”.

A renda líquida da economia produzida a cada ciclo reprodutivo é necessariamente dividida nos seguintes coeficientes: $M(t_0) = \alpha M + (\beta_K + \beta_E)M + \eta M + (r+u)M$. O mais-valor global a ser distribuído no período seguinte (t_1) é função da taxa de acumulação α no período anterior (t_0) e do capital de empréstimo ativado como capital produtivo (η_C). Considera-se que a condição para continuidade expansiva do sistema é que a taxa de acumulação global em cada período supere a taxa de uso improdutivo do mais-valor no período anterior. Por outro lado, a massa de juros que remunera o capital de empréstimo global pode ser representada formalmente como: $(\alpha + \eta_C)_n > [(\beta_K + \beta_E) + (r+1)\eta_C + (u+1)\eta_E]_{n-1}$, sendo u a taxa de juros média aplicada aos títulos públicos e reconhecida como taxa de comprometimento financeiro da reprodução.

Gráfico I – Evolução Dívida Pública Bruta (como % da renda nacional) – Países selecionados



Fonte: Piketty (2013). Disponível: <http://intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html>.

Último acesso: 04/08/2017.

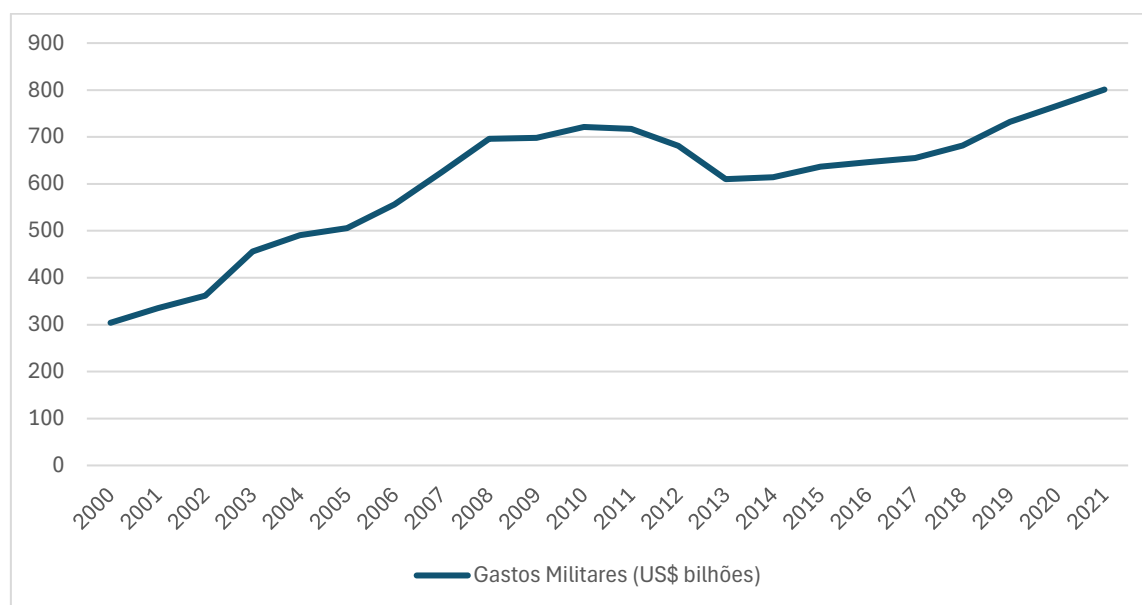
Essa fórmula denota que o crescimento da dívida pública está na dependência da lucratividade futura do capital privado. Na medida em que se passa a ter uma crescente massa de juros comprometendo a renda líquida a cada período, *ceteris paribus* os gastos improdutivos ($\beta_K + \beta_E$), requer-se crescente coeficiente de acumulação (α) a cada ciclo reprodutivo e, mais do que isso, faz-se necessária a disposição de capital de empréstimo (η) externo ao circuito de acumulação, o que implica a noção de endividamento externo.

O gasto estatal com a indústria bélica é semelhante aos gastos de renda dos capitalistas com bens de luxo. Em termos dos esquemas de reprodução, os departamentos I e II podem ser tomados genericamente como fornecedores de meios de produção e meios de consumo (necessários e bens de luxo, que também compreende os bens bélicos) respectivamente. Pode-se, contudo, afirmar que uma parcela do que é produzido nos departamentos destina-se a meios reprodutivos da economia, ou seja, serão trocados por capital-dinheiro (Circulação II), e uma outra parcela destina-se a meios não reprodutivos, trocando-se por renda-dinheiro (Circulação I).

A evolução dos gastos bélicos estadunidense, em função da necessidade de manter o sistema imperialista é crescente como pode ser denotado na Tabela I, mas se reforça nas últimas décadas (Gráfico II). Roberts (2025) nos informa que “Os gastos globais com defesa atingiram um recorde de US\$ 2,2 trilhões no ano passado e na Europa subiram para US\$ 388 bilhões, níveis não vistos desde a "guerra fria", de acordo com o Instituto

Internacional de Estudos Estratégicos”, o referido autor observa que os articulistas neoliberais, como o por ele citado Martin Wolf observam que para Europa realizar os crescentes gastos bélicos se tem duas soluções possíveis: “os impostos devem aumentar, a menos que o governo consiga cortes de gastos suficientes”. O que o articulista do Financial Times gesticula refere-se ao esvaziamento dos gastos sociais, substituindo-se o “welfare state” pelo “warfare state”²⁰.

Gráfico II - Gastos Militares EUA (US\$ bilhões) (2000/2021)



Fonte: INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA PARA A PAZ DE ESTOCOLMO (SIPRI). Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Gasto_militar_de_los_Estados_Unidos. Acesso em: 12 mar. 2025.

A questão está no significado e nos limites de crescimento dos gastos improdutivos ($\beta_K + \beta_E$). Esses setores requerem para seu processo produtivo parcelas dos meios reprodutivos da economia, retirando determinada proporção de DI e DII ($\phi_{DI} + \phi_{DII}$). Após o seu processo produtivo, esses setores retornam ao mercado para vender “valores-mercadorias” que, além dos custos de produção convencionais, são acrescidos do lucro médio que remunera o capital aplicado, supondo por simplificação: $\phi_{DI} + \phi_{DII} + \phi_{DII}$. Isso na forma de bens de luxo e bens bélicos, em que ϕ_{DII} constitui-se no valor acrescido e representa a rentabilidade desse capital.

A indústria bélica produz uma crescente massa dessas mercadorias não reprodutivas, porém demanda para sua produção parcelas dos meios reprodutivos globais

²⁰ A análise de Michael Roberts pode ser acessado em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2025/03/05/trumps-little-disturbance/>

da economia. Quanto ao seu processo de realização requer a renda do Estado como seu quase exclusivo demandante²¹. Se considerássemos uma economia fechada, isto é, em que todos os fluxos de produção se intercambiem sem a possibilidade de trocas com o comércio exterior, teríamos a situação que crescentes exigências de meios reprodutivos para produção de meios não reprodutivos, ou seja, desvio de meios reprodutivos para a produção de armas, levaria aos poucos a uma situação de declínio econômico, pois esse tipo de relação implica taxas decrescentes de acumulação. Isso em função de que o Estado, como comprador de armamentos, exige parcela da renda da economia, portanto o que as indústrias bélicas produzem, vendem e lucram nada mais é do que renda pretérita gerada na economia. Na medida em que se acrescem os gastos de guerra, exigem-se crescentes parcelas do capital global da economia, o que, mantida essa tendência, poderá levar a um processo de desacumulação e desorganização da economia.

Nos parece que a caminhada para uma nova “era das catástrofes” levará inevitavelmente para o esgotamento do imperialismo estadunidense, ou no limite, como nos coloca Prado (2023, p. 88) o império do *destino manifesto* “tornou-se uma barreira poderosa contra as mudanças que requerem cooperação em nível tanto local quanto global”, em suma se estabelece enquanto força central da barbárie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste texto desenvolver alguns elementos preliminares do debate sobre o Estado capitalista contemporâneo considerando a base teórica materialista, com vistas especificamente tratar dos limites da atual configuração dos gastos estatais com a infraestrutura econômica, que denominamos de Fundo Patrimonial Público (FPP) e os gastos bélicos, que denominamos de gastos para manutenção do poder de império (GB). A análise histórica tem como base o império estadunidense, especialmente referente aos aspectos de tratamento dos dados, por mais que também se aplique as economias centrais europeias. Cinco conclusões se estabeleceram desta parcial análise do Estado capitalista e dos gastos estatais referenciados:

²¹ A título de ilustração, as maiores empresas do setor de armamentos dos EUA reúnem-se em torno do índice *Amex Defense Index* (DFI), as quatro maiores *players* são, por volume de negócios (em milhões de dólares): 1) The Boeing Company, volume total: 54.069, com 40,7% de participação do DoD (Departamento de Defesa); 2) Lockheed Martin Corporation, com um volume total na ordem de 26.578, dos quais 87,8% são relativos a contratos com o poderoso DoD; 3) Raytheon Company, volume total: 16.760, com 91,2% de participação do DoD; 4) Northrop Grumman Corporation, volume total: 17.206, com 71,4% de participação do Departamento de Defesa, conferir: MAMPAEY&SERFATI (2005, p. 233).

i) Estado e Capital apresentam uma interação lógica e histórica que podemos denominar de orgânicas, sendo que alguns elementos dos gastos estatais, como àqueles referentes aos investimentos em infraestrutura social e gastos bélicos, se entrelaçam na forma mantenedora tanto das relações de classe quanto na permanência reprodutiva do sistema e das relações de poder que o caracteriza naquele momento histórico, sendo que as transições históricas são marcadas por inflexões nestes dois aspectos.

ii) Mesmo sendo uma totalidade complexa, o Estado capitalista abrange diferentes tipos específicos de instituições, sendo que identificamos cinco formas centrais de institucionalidades que estabelecem uma hierarquização em termos de poder político.

iii) O Estado requer, para financiar seus gastos, uma parcela do excedente produzido no sistema de reprodução capitalista e, por outro lado, os gastos estatais destinam-se ao consumo, não compondo elementos da acumulação, uma vez que seus dispêndios são partes do consumo improdutivo da sociedade. Assim, consideramos correto assinalar que os gastos bélicos, como de resto todos os gastos estatais que não são cobertos pela produção estatal [isto é, empresas estatais], estão, desde o ponto de vista macroeconômico, na esfera do consumo e não da acumulação.

iv) A falência fiscal do Estado estadunidense apresenta suas primeiras manifestações ainda nos anos 1970, sendo que o neoliberalismo acelera o declínio do imperialismo norte-americano, algo que parece mais evidente no atual no ciclo atual de crise desta economia.

v) A indústria bélica produz uma crescente massa dessas mercadorias não reprodutivas, na medida em que se crescem os gastos de guerra, exigem-se crescentes parcelas do capital global da economia, levando a um processo de desacumulação e desorganização da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Lauro. A crise da ideologia keynesiana. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas (SP): Papirus, 1986.
- HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2008.
- HARVEY, David. Os sentidos do Mundo: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro (RJ): Editora Revan, 2010.
- KEYNES, J. M. A teoria da taxa de juros. In: SZMRECSÁNYI, T (organizador). Keynes: Economia. São Paulo: Ática, 1984.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo tardio. São Paulo (SP): Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política (Livro 1). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. O Capital, Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845].
- MATHIAS, G. & SALAMA, P. O Estado Super desenvolvido. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MATTICK, Paul. Marx e Keynes: Os limites da economia mista. Lisboa: Antígona, 2010.
- MATTICK, Paul. Crítica de la teoría económica contemporánea. México: Ediciones Era, 1980.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. Formação do Império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MUSGRAVE, R. A. e MUSGRAVE, P. B. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- O'CONNOR, J. USA: A crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OSÓRIO, Jaime. O Estado no Centro da Mundialização. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- PRADO, Eleutério F.S. Capitalismo no século 21: ocaso por meio de eventos catastróficos. São Paulo: CEFA Editorial, 2023.
- ROBERTS, Michael. Trump's 'little disturbance'. Acesso em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2025/03/05/trumps-little-disturbance/>
- RODOLSKY, Roman. Gênese e Estrutura de O Capital de Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SHAIKH, Anwar. Ensayos de economia política. Buenos Aires: RyR, 2006.
- STEINMENTZ, B. J. "Is the Growth of Public Debt a War Phenomenon or a Capitalistic Phenomenon?". In: Public Finance, 4:4, 1949, p. 363-369.
- TAYLOR, Philip E. Economia de La hacienda publica. Madrid: Aguilar, 1960.
- TRINDADE, J. R. B. A dinâmica dos gastos estatais numa perspectiva marxista clássica. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 131-149, 2008. Editora UFPR, Curitiba (PR). Acesso: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/view/17172>
- TRINDADE, J. R. B. Crítica da Economia Política da Dívida e do Sistema de Crédito Capitalista. Curitiba: CRV, 2017.
- TSURO, Shigeto. Aonde vai o capitalismo? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.